ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Prestação de Contas do exercício de 2020

13 de julho de 2021

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às 14h00 (duas horas da tarde), por vídeo conferência devido a Pandemia do COVID-19, os Conselheiros: Aline e Silva Tenório, Angélica Marques de Pina Freitas, Fábio Santos Silva, Legiane Rigamonti, Marcelo Colonato, Andrea Silva Leite e representantes da CISE João Paulo Nogueira, Diretor de Logística, substituindo a Diretora do DAESC, Priscila Gutul, RT do Centro de Nutrição, Tiago Costa e Letícia da COFI. O Presidente Marcelo Colonato deu início à 1ª reunião de Prestação de Contas do exercício de 2020, lembrou que o prazo para entrega é início de agosto, então a idéia é assistir à apresentação da Secretaria da Educação, tirar dúvidas e fazer outra reunião extraordinária para preenchimento do formulário e envio do parecer. O Diretor de Logística João Nogueira começou sua apresentação falando um pouco sobre a estrutura do departamento da alimentação escolar, que é dividido em três centros, o Centro de Serviços de Nutrição – CENUT, o Centro de Supervisão e Controle do Programa de Alimentação Escolar – CEPAE e o Centro de Logística de Distribuição – CELOG. Dentro deste último centro existem quatro núcleos, o Núcleo de Contratos, o Núcleo de Logística, o Núcleo de Pagamento e o Almoxarifado. Um breve resumo das atribuições de cada centro, no CENUT, o Centro de Nutrição é responsável pela normatização, execução do programa, a coordenação, a fiscalização desde montagem de cardápios e seu preparo. O CEPAE, Centro de Supervisão, ele faz a supervisão da alimentação escolar nas unidades escolares, como também cuida dos convênios de alimentação escolar, dos contratos de manipulação entre outras coisas e o CELOG, Centro de Logística, cuida do controle do recebimento, contratos, armazenagens e distribuição da alimentação escolar, além de pagamentos e balancetes em relação á parte financeira dentro do departamento de alimentação escolar. Hoje a alimentação escolar é dividida em duas gestões, a Centralizada e a Descentralizada. Na Gestão Centralizada, a responsabilidade de fornecer, definir cardápio, mandar utensílios e atender as unidades escolares é da Secretaria Estadual da Educação, por meio do departamento de alimentação escolar. Em 2020tivemos 120 municípios atendidos, os outros 524 foram atendidos por meio de convênios, então nesta

gestão centralizada tivemos 120 municípios, 3185 unidades escolares, foram atendidos 1.464.985 alunos comensais considerando os 200 dias letivos. A capacidade do armazém em Cajamar, nosso Centro de Distribuição é de 5.752.000 Kg. Ainda em 2020 tivemos 215 escolas com ASE – Agentes de Serviços Escolares, ou seja, 215 escolas com merendeiras próprias do Estado, não são contratadas. E 2754 escolas com contrato de manipulação, ou seja, merendeiras contratadas por meio de serviços, neste contrato foi pago R$ 60.203.906,70 para os contratos de manipulação. Ainda na Gestão Centralizada, é feita a montagem de cronograma de distribuição, que é feita para o ano, com base no calendário disponibilizado pela COPED. É verificado se tem feriados e é feito o planejamento do cronograma de entrega. Depois de feita esta montagem é feita a preparação do cardápio do ano e depois é feito o processo de compra, onde engloba a preparação do termo de referência, apresentação do quantitativo, a licitação, até a montagem da ATA e assinatura de contrato. Depois de assinado o contrato, o fornecedor faz a produção e agenda a entrega no Centro de Distribuição em Cajamar. É feito o recebimento no centro de Distribuição, faz todas as separações, seguem todas as regras para entrada, verifica se está tudo certo e faz todos os trâmites de pagamento. Em seguida, dentro do cronograma de distribuição é feita a distribuição das unidades escolares e as escolas fazem o recebimento. Este será o ciclo no decorrer do ano. Ainda na Gestão Centralizada em 2020 foram utilizados R$ 234.334.957,86 distribuídos em R$ 218.864.780,64 da verba PNAE e R$ 15.470.177,22 da verba QESE. Foram celebrados 42 contratos de gêneros alimentícios e foram gastos em logística e locação R$ 12.409.592,74. Agora, na Gestão Descentralizada a responsabilidade em atender os alunos da rede estadual é do município, como ela assina o convênio, ele que se responsabiliza em atender a alimentação escolar daqueles alunos, de acordo com os decretos, portaria e resolução a seguir, Decreto 59.215 de 21 de maio de 2013, decreto 61.928 de 12 de abril de 2016, Decreto 63.650 de 16 de agosto de 2018, Portaria CISE 01 de 19 de dezembro de 2016 e Resolução SE 63 de 16 de dezembro de 2016. Na Gestão Descentralizada foram atendidos 525 municípios, ao todo 2191 unidades escolares com 1.149.227 alunos atendidos nos 200 dias letivos. O valor repassado aos municípios conveniados foi de R$ 58.516.652,87. O valor Per Capita regular repassado por aluno com verba estadual foi de R$ 1,14 regular e R$ 3,73 para integral e para verba federal foi R$ 0,36 para regular e R$ 1,07 para integral, fazendo por aluno R$ 1,50 regular

e R$ 4,80 integral. Houve um aumento de 21% para o ensino regular e 1,4% para o ensino integral, com base no ano de 2019, isso de recurso estadual. Já para o recurso federal, não houve aumento no repasse. As ações do departamento de alimentação escolar – DAESC são contínuas e novas. Nas realizadas, foram feitas melhorias sistêmicas, atendimento aos alunos com patologias relacionadas à alimentação (dieta especial), revisão dos termos de referência das aquisições dos gêneros alimentícios, reavaliação dos itens a serem licitados e adquiridos, compras de produtos hortifrutigranjeiros, através de ARP – ATA de Registro de Preço da agricultura familiar e envio de material orientativo sobre educação alimentar. Algumas ações previstas em 2020 que não puderam ser realizadas devido a COVID-19, que foram os treinamentos e capacitações e as visitas técnicas. Considerando a Resolução FNDE nº 06/2020, foram feitas adaptações nos cardápios objetivando atender o normativo vigente. Na Gestão Centralizada foram excluídos do cardápio, mistura para preparo de bolo, torta salgada, bebida láctea, barra de cereais, molho de tomate, geleias e achocolatado em pó. Em contrapartida foram inseridos no cardápio cacau em pó, canjica de milho, torada integral, sucos integrais, extrato de tomate, doce de banana em barra sem adição de açúcar e fubá de milho. Foram diminuídas as incidências da bebida UHT, biscoitos doces e salgados, atum em água e foram aumentadas as incidências de leite em pó, carnes in natura e hortifrutis. Este normativo novo do FNDE teve um impacto para a Secretaria, foram criadas algumas dificuldades como aumento dos gastos por conta dos preços, como por exemplo a substituição da mistura de bebida por leite em pó. Dificuldade em encontrar produto compatível com a resolução FNDE para atender cardápio emergencial (escolas sem cozinha e manipulação, como ETEC e Fundação Casa). Foram feitas algumas ações em decorrência da COVID-19, que são elas: primeiro o Programa Merenda em Casa que foi uma medida temporária para atender os alunos de pobreza e extrema-pobreza no valor de R$ 55,00, atendendo 700.316 alunos no período de abril a dezembro de 2020, com valor gasto de R$ 345.295.940,00. Foram suspensos os contratos de manipulação e convênios de alimentação escolar de acordo com a Resolução Seduc nº 27, de 18 de março de 2020. Houve também a suspensão e a reativação dos contratos de aquisição de alimentos, com a suspensão das aulas presenciais, os contratos para aquisição de gêneros alimentícios foram suspensos em 24 de março de 2020, reativando em julho para atendimento dos alunos que se inscreveram para o recebimento

de kits, considerando todos os decretos, resoluções e as medidas excepcionais que foram realizadas para a distribuição de alguns kits, o quantitativo total de kits retirados foi de 211.136, depois do levantamento dos responsáveis interessados em receber doação de gêneros alimentícios por meio da plataforma SED, a Secretaria programou as entregas dos "kits alimentação" para o período de 25 de junho de 2020 a 30 de novembro de 2020. Estes kits atenderam tanto a Gestão Centralizada, quanto a Descentralizada. Os recursos utilizados e recebidos do Governo Federal como também da verba Estadual em 2020, repasse mensal do PNAE que começa em fevereiro, o total recebido em 2020 foram de R$ 218.864.780,64. Total de QESE e PNAE utilizados em 2020 foi R$ 736.476.466,15, pela CISE foram gastos R$ 561.889.303,55 e pelas Diretorias de Ensino R$ 163.424.289,09, totalizando R$ 736.476.466,15. Os recursos do PNAE, o saldo em conta de 2019 era de R$ 78.362.853,71, continuando o mesmo valor como saldo inicial em 2020, tivemos os repasses de R$ 218.864.780,64 pelo FNDE, pagamos R$ 97.446.603,02, houve rendimento de R$ 2.485.404,09, ficando com um saldo em conta de R$ 202.266.435,42. Parte desses R$ 202.266.435,42 está em restos a pagar para o ano de 2021. A Conselheira Angélica quis saber se os kits de alimentação foram feitos com os alimentos que estavam no estoque, ou, se foram comprados para montagem deles, ou, foram montadas cestas básicas com os itens da agricultura familiar. O João esclareceu que foram produtos que estavam no estoque da escola e houve complementos para a distribuição. Não houve perdas de gêneros alimentícios, as escolas doaram os alimentos que estavam próximos ao vencimento para os alunos e pediram para os responsáveis assinarem um termo se comprometendo a consumir antes do vencimento. A Conselheira Legiane quis saber qual a porcentagem atingida pela cota da agricultura familiar, no ano de 2020. O João disse que sobre o percentual, não foi atingido nenhum, chegaram, a assinar o contrato com a cesta de alimentação da agricultura familiar, mas infelizmente quando ela foi assinada, já não havia tempo de fazer o recebimento, então a execução dessa cesta de alimentação escolar, será no ano de 2021, inclusive todas as cestas deste contrato já foram recebidas. O Presidente Marcelo comentou sobre a reunião feito com o Centro Paula Souza e alguns conselheiros, a pauta foi sobre a falta de cozinhas nas ETECS e ficou acertado de que eles passariam um parcial da situação dessas cozinhas em cada uma das instituições. Até setembro ficou acertado de passarem o cronograma geral do que irá acontecer em cada

unidade, inclusive pedimos que nos informem como é tratada a questão da alimentação escolar em cada unidade escolar, porque disseram que alguns funcionam com um formato diferente de outras. A Priscila explicou o questionamento do Conselheiro Fábio em se tratando de alimentos perdidos, ela disse que realmente não teve este descarte por conta da data de vencimento, o que tem são alguns comunicados desses alimentos do período que foi doado e os registros das escolas referente a esses produtos doados. Não existiu descarte no armazém. O Conselheiro Fábio insistiu que houve descarte e que ele presenciou. A Priscila disse que fizeram o acompanhamento pelo estoque virtual das escolas em relação ao vencimento do produto e em nenhum momento foi autorizado a doação de produtos que estavam vencidos. Ele disse que os de data vencida foram perdidos, descartados mesmo. O Tiago Costa quis dar ênfase a verba PNAE do Governo Federal, disse que foram empenhados no ano de 2020 R$ 147 milhões, desse total foram pagos do ano R$ 24 milhões e com recurso de anos anteriores R$ 43 milhões, totalizando R$ 97 milhões, que foram lançados no Sigpc (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o sistema da FNDE em notas fiscais. O Presidente Marcelo encerrou a reunião, dizendo que no dia 20 de julho será a reunião para abertura do sistema do Sigecon para preenchimento do relatório, ele explicou que ontem abriu o sistema para ver como estava e por um erro do Governo Federal , quando foram preenchidos os campos da prestação de contas do exercício de 2019, automaticamente o sistema entendeu e preencheu o relatório de 2020, mas não enviou, temos condições de mudar os dados e faremos isso na próxima reunião. Ele replicou só até a parte da votação por este detalhe, poderemos ´preencher novamente. O Presidente Marcelo disse ainda que ligou e disseram que realmente foi um erro do sistema porque eram duas prestações de contas, o sistema entendeu que preenchendo uma, ele automaticamente deveria preencher a outra. Nada mais tendo a acrescentar, eu, Mirian Fidelis Guimarães, redigi a presente ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

São Paulo, 13 de julho de 2021.

Marcelo Colonato
Presidente do CEAE-SP

Legiane Rigamonti
Conselheira

Aline Tenório
Conselheira

Angélica Cristina
Conselheira

Ausente

Roberta Gama
Conselheira

Ausente

Lucinete Rodrigues
Conselheira

Ausente

Lindinalva Teodoro
Conselheira

Andréa Silva
Conselheira

Ausente

Aparecida Demambro
Conselheira

Ausente

Anatalina Lourenço
Conselheira

Ausente

João Vitor dos Santos
Conselheiro

Fábio Santos
Conselheiro

Ausente

Ana Cristina Vuitik	Mirian Fidelis Guimarães
Conselheira	Secretária Executiva